

Jornalismo e política: o agendamento da informação na organização do golpe de 1964 no Brasil¹

Alice Mitika Koshiyama²

Resumo: A pesquisa baseia-se em contribuições da interface entre teoria da história e teoria do jornalismo na análise de dados sobre o golpe de estado de 1964 no Brasil. Pudemos elucidar o papel do jornalismo neste processo histórico, para além das perspectivas empiristas de torná-lo mero cúmplice ou vítima dessa conjuntura, como o fazem analistas que enxergam no jornalismo uma prática feita ao sabor das vontades individuais ou de circunstâncias do acaso. Uma perspectiva dialética da história da imprensa (cf. SODRE., 1966) como parte da história da sociedade capitalista, colocou-nos a questão central deste estudo: o das relações entre mídia e sociedade. A partir da perspectiva de M. de Certeau buscamos o “lugar social” (cf. A Escrita da História) da mídia no projeto e na prática da história dos organizadores do golpe de 1964 (cf. DREIFUSS, 1980) O “agendamento da informação” (cf. TRAQUINA 2005.) foi aplicado no jornalismo (notícias, reportagens, entrevistas e editoriais) neste evento.

Palavras-Chave: -1 História do Jornalismo. 2. Teoria do Jornalismo. 3. Teoria da História.

1. Lugar social e agendamento

Análise de dados, referentes a produção de história no Brasil, demonstram que tal como o exercício do jornalismo, os estudos históricos também foram afetados com as limitações da vida durante a ditadura 1964-1980.

Edward Hallet Carr define o historiador como um produto da sociedade em que vive e desenvolve seus estudos e exerce suas atividades (1996 pp.43-90) A atualidade dessa obra pensada e escrita nos anos 60 do século passado permite-nos dialogar com suas idéias. E observar, que como outros personagens da história, historiadores podem ser também destacados rebeldes e até portadores de uma perspectiva revolucionária na produção do conhecimento.

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho 8- Jornalismo Político do IV Encontro da Compolítica, na Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 13 a 15 de abril de 2011.

² Universidade de São Paulo (ECA- USP), São Paulo, Capital, livre-docente em jornalismo, alicemitika@yahoo.com

Michel de Certeau historiador avalia a teoria e a prática da história com a leitura de obras de historiadores franceses que trabalham com abordagens muito heterogêneas, mas cujas escritas são analisadas e valorizadas. Nesta obra, o autor mostra que há o “lugar social” do historiador nas diferentes culturas e o “lugar social” dos temas históricos (2005, 65-77). A noção de lugar social nos explica porque alguns assuntos e certas questões reputadas importantes em determinadas épocas, tenham sido ignoradas ou foram objeto de interdições na pesquisa histórica.

Os estudos de teoria do jornalismo sobre “agendamento” (TRAQUINA, 2005) desvendam os mecanismos de produção e circulação da informação jornalística em uma sociedade. Destacamos que o reconhecimento do jornalismo na construção de uma agenda e na elaboração de um conjunto de interpretações dos fatos (enquadramentos) e de opiniões qualificadas perante os consumidores da informação, comprovam sua importância no processo de construção de estado democrático de direito.

Por outro lado, o agendamento é um processo que explica a metodologia de trabalho dos jornalistas, condicionada a possibilidade de ter informações e poder selecioná-las e usá-las, a partir de um conjunto de variáveis que abrangem desde as ideologias até mesquinhos preconceitos pessoais. Pesquisadores de mídias que se relacionam com o campo de trabalho do jornalismo olham para o tema do agendamento para entender melhor como fazer suas atividades. Este é o caso de um estudo com o objetivo de definir a ação possível das assessorias de imprensa no processo de construção da informação na mídia (RESENDE, s/d.) Resende propõe que os assessores de imprensa devem atuar junto aos jornalistas para que estes façam o agendamento conforme os interesses das assessorias. Para ele, agendar significa ainda englobar o conceito de enquadramento -- o modo como essa informação deve ser interpretada.

Portanto, fatos jornalísticos são ocorrências de uma sociedade que passaram pelo agendamento, processo que está condicionado às relações entre a mídia e a sociedade em que a informação circula. Estudar a produção, a veiculação e o consumo de fatos jornalísticos devem contribuir para a compreensão de processos históricos do jornalismo político.

Conhecemos pessoas que viveram no Brasil em todo o período da ditadura e não sabiam que havia censura aos meios de comunicação e uma movimentação política de

oposição à ditadura, casos de repressão, prisões e mortes sob torturas que afetaram diretamente alguns brasileiros em embates políticos. Atualmente, esses fatos surgem em textos jornalísticos e pertencem ao rol dos fatos históricos admitidos hoje como ocorrências do passado recente que devem ser lembrados e registrados para a posteridade. São fatos que tem um lugar social no momento cultural e político, são objetos de polêmicas, integram a agenda da mídia jornalística e deixaram de ser omitidos ou silenciados.

2. Capitalismo, imprensa e história: fatos e interpretações

Assumimos que o desenvolvimento da imprensa no Brasil é um processo relacionado ao desenvolvimento do capitalismo no país, tal como define Nelson Werneck Sodré no prefácio de seu estudo *A História da Imprensa no Brasil* (1966, 1-8). Neste estudo, lemos a cita o de um texto literalmente citado em itálico sobre economia política, mas o nome do autor, Karl Marx   omitido. A omissão parece-nos resultado da conjuntura política: a ditadura militar instalada em 1964 no Brasil perseguia implacavelmente o editor  nio Silveira. Ele teimava em publicar textos que desagradavam os agentes do regime militar e foi o editor de quase toda a obra de Nelson Werneck Sodré.

Passados 45 anos da publica o do texto de *A História da Imprensa no Brasil*, a cita o do texto de Marx sobre a venalidade de todos os atos e valores da vida humana, no capitalismo hoje,   uma evidência que se materializa na vida quotidiana e na média e no jornalismo.

Um outro autor, também crítico do sistema capitalista, Leôncio Basbaum, percebeu o significado do governo instalado em 1964 no Brasil. Ele acompanhava a vida política e dizia-se desiludido com as decisões da esquerda brasileira, da qual era parte na condi o de militante histórico do PCB (Partido Comunista Brasileiro). A leitura de Basbaum sobre o processo histórico que culminou com a derrubada do governo constitucional do presidente da República João Goulart, apontava a forte organiza o contra os interesses dos trabalhadores pela classe dominante formada pelas burguesias nacional e estrangeira (BASBAUM, v..4).

Ao contrário da posi o de Nelson Werneck Sodré que apostava no desenvolvimento da na o com o suporte de uma burguesia nacional que deveria enfrentar os grupos

capitalistas internacionais (SODRÉ, 1966, 1-8). No entanto, o autor em diversas passagens de sua história da imprensa destaca o domínio dos interesses capitalistas identificados como anti-nacionalistas, no jornalismo e na publicidade, como as ocorrências dos anos 50 no governo de Getúlio Vargas.

Os dois autores defendiam suas teses a partir de suas interpretações sobre o sistema capitalista e suas experiências e observações pessoais. Faltavam a eles uma pesquisa histórica em documentos mais completos e detalhados dos atos daqueles que construíram o golpe de estado de 1964, e também distanciamento temporal sobre os fatos que comentavam. A esta tarefa se dedicaram vários brasilianistas, pesquisadores estrangeiros que pesquisaram o Brasil do tempo presente, durante a ditadura militar.

O falecido professor Reinaldo Xavier Carneiro Pessoa, de quem fomos aluna na FFLCH-USP, em 1969, e nos apresentou aos textos de Basbaum da História Sincera da República (1960-1967). [Ed. Fulgor, s/d., V. 4], reconhecia as dificuldades dos pesquisadores nativos brasileiros para o acesso aos documentos primários e aos personagens da história que estava acontecendo. Mas ele destacava a força interpretativa da história de Basbaum que não era um acadêmico. E hoje verificamos que Basbaum avaliou corretamente os interesses e motivações da classe dominante em 1964, conforme demonstrariam as pesquisas de dois brasilianistas: René Armand Dreifuss -- 1964: a Conquista do Estado : ação política, poder e golpe de classe. (1981) e Alfred Stepan -- Os Militares na Política (1975), o primeiro deles uruguaio e o segundo norte-americano.

3. O golpe de 64 no Brasil: organização da ação social e política

O trabalho de Dreifuss demonstra como o processo que resultou no golpe de 1964 no Brasil é fruto de um projeto político e de sua aplicação durante a conjuntura de 1961 a 1964, Como pesquisador, Dreifuss, uruguaio, formado em história em Israel e com doutorado na Escócia escrito em inglês, sobre o tema de 1964 reuniu uma documentação primária que precisava ser interpretada com método e crítica. Ele articulou mediações construídas a partir da leitura de obras de Antonio Gramsci como a noção de formação do bloco histórico, conquista da hegemonia, ação dos intelectuais orgânicos e organização de grupos de interesse

de classe. (DREIFUSS, 1981, 21-124). E desvendou, com farta documentação, a ação da elite orgânica da classe dominante na derrubada do governo de João Goulart.

Como o poder do capitalismo internacional se materializou na ação dos integrantes de suas empresas que souberam se organizar para formar um movimento político que obteve o apoio dos diferentes setores da sociedade? Agiram agrupados em uma organização que se apresentava como órgão de debate sobre a conjuntura nacional, denominada de IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais). O IPES tinha uma organização em células e sua cúpula atuava com objetivos políticos, doutrinários e partidários, mas o acesso a algumas informações era restrito e confidencial a poucos membros da direção. Integravam a instituição personagens influentes das chamadas elites orgânicas, do poder militar e civil. Havia na direção do IPES representantes dos grandes meios de comunicação de massas. A organização do IPES conseguiu cooptar simpatizantes que não tinham os compromissos dos diretores da organização e até inocentes colaboradores que eram bem pagos para dar conferências ou fazer depoimentos sobre trabalhos acadêmicos, que garantia ao IPES aparência de um instituto de estudos. A camuflagem era tão perfeita, porque poucos aliados conheciam as reais finalidades da organização. A frente da mobilização ostensiva contra o Governo Goulart e aliados estava o IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) que fazia a propaganda ideológica nos meios de comunicação de massas, em programas de rádio e televisão, textos para revistas e jornais, panfletos, filmes.

Vários políticos alinhados com as posições políticas do IPES/IBAD, como o governador do Estado da Guanabara, Carlos Lacerda, que adotou posições públicas visivelmente anti-governo João Goulart e que pregou a sua derrubada, desconheciam as idéias da cúpula do IPES em relação aos militares no poder político. Ele não costumava guardar segredos, e naquele momento era um adepto do poder civil e de eleições, sendo também um dos potenciais candidatos à presidência da República.

4. Agendamento da informação como parte de um projeto político

Dreifuss oferece uma visão do processo da conquista do poder como um projeto político, que teve no uso da mídia um dos seus componentes. O uso dos meios foi um processo que implicou na formação de um grupo de comunicação integrado pelas mais

poderosas agências de publicidade, pelas empresas que editavam os maiores jornais (exceto grupo Última Hora) e revistas (O Cruzeiro, dos Diários Associados e Manchete, da Bloch) emissoras de rádio e televisão que mostraram os atos do Governo Goulart para os seus leitores. Notícias, opiniões, comentários, cartas de leitores eram postadas. Lembramos que essa mídia era propriedade da elite orgânica das grandes empresas capitalistas, que tinham seus funcionários assalariados. (DREIFUSS, 229-279). O exercício do jornalismo resultou em textos sobre o governo de João Goulart como temas de reportagens, editoriais e comentários, com muitos textos que procuravam interpretar os atos com conotações negativas. Havia uma agenda de propaganda política que direcionava a ação dos jornalistas sob diferentes formas de convencimento, quando os próprios jornalistas não adotavam as agendas e interpretações propostas por convicção pessoal.

No agendamento da mídia, aos jornalistas em cargos de chefia de redação cabia seguir e fazer cumprir a proposta de uma linha editorial definida pela empresa e caso discordassem radicalmente só restaria a demissão. Destacamos a situação de um deles, Cláudio Abramo, que durante mais de uma década teve papel de destaque no seu trabalho, embora se colocasse como um profissional com idéias políticas diferentes dos proprietários da empresa.³ Os depoimentos sobre sua vida, os textos e documentos publicados na obra A Regra do Jogo, mostram como ele procurou manter uma coerência ideológica nos textos que escrevia, na atuação cultural, na ação política e no trabalho no jornalismo.

Cláudio Abramo, diretor de redação de O Estado de S. Paulo, foi comunicado da participação do jornal na oposição ao governo de João Goulart. Entendeu que não devia fazer parte mais da equipe de trabalho da empresa na qual entrou muito moço e lhe pagou uma viagem para estudar em Paris. E ao voltar, teve a liberdade de formar a sua equipe de jornalistas e comandar a redação do jornal em algumas coberturas históricas para o jornalismo. Era amigo dos proprietários, mas a sua opção política tornava inevitável a

³ Conservadores liberais, os Mesquitas admitiam entre os funcionários da redação adeptos de ideologias de esquerda, mesmo depois do golpe de 1964, em posições como de editorialistas (caso de Miguel Urbano Rodrigues, que era exilado da ditadura salazarista e comunista, mas era um dos editorialistas de O Estado de S. Paulo, até 1975, quando retornou a Portugal, depois da Revolução dos Cravos).

separação. Abramo deixava de ser a pessoa de confiança do projeto político da família, disposta a tudo contra o governo Goulart, não se admitia mais o jornalismo liberal até que a situação fosse definida a favor dos opositoristas ao governo federal. Anos depois, Abramo lembrava as dificuldades enfrentadas nos anos seguintes em sua carreira profissional, ficou um ano desempregado, ninguém o contratava para a redação. Depois do golpe de 64 foi trabalhar na parte gráfica da Empresa Folha da Manhã. Por ter princípios, por não ser flexível para seguir a agenda patronal, ficou sem poder dirigir uma redação durante anos. Dele é a afirmação de que “a ética do jornalista é a ética do cidadão”, um reconhecimento da relação umbilical entre o trabalho do jornalista e seus valores como pessoa humana portadora de direitos e deveres de cidadania. Ele reconhecia o direito político das pessoas defenderem suas posições nos jornais que podiam controlar, ou das quais eram proprietárias. Observamos que ao voltar a direção de um jornal, a Folha de S. Paulo entre 1975 a 1977, Abramo impôs sua linha editorial pela abertura política, até ser demitido pelo dono da empresa, após a chamada crise após a publicação de uma crônica de Lourenço Diaféria.

Ironicamente, a família Mesquita que caminhou com os militares desde 1961 na preparação do golpe de 64 até 13 de dezembro de 1968, divergiu no agendamento proposto pelos militares a partir de 1969 até o final de 1974. Neste período, a mídia jornalística da grande imprensa foi agendada pelo governo militar, cujo principal objetivo era eliminar a oposição armada do cenário político. Não aceitar a auto-censura foi um movimento de autonomia do grupo Estado como parte da elite orgânica civil (se adotarmos um conceito de Dreifuss) perante a elite do poder militar, mas não saía do sistema de poder. Tanto que no começo de 1975 teve a censura prévia suspensa nas redações de O Estado de S, Paulo e Jornal da Tarde e contribuiu com o seu jornalismo para apoiar o presidente Geisel no projeto de abertura política que tinha ferozes adversários no interior das Forças Armadas – a começar pelo Ministro do Exército, General Silvío Frota.

5. Rumo ao golpe de 64: o agendamento da mídia

O pesquisador Alfred Stepan mostra que a imprensa apoiou o golpe (que ele denomina de movimento) de 1964 – exceto Diário Carioca e Última Hora [apoiava Joa Goulart], a partir de uma leitura dos conteúdos de editoriais dos nove principais jornais publicados no país

naquela época (STEPAN, 1975, 87). Mas ele lembra que o apoio editorial dos jornais significava apoio e concordância da elite da sociedade civil com os atos da elite militar para que destituisse o presidente da República. Ele confirmava a hipótese de que os editoriais dos jornais em análise representavam a opinião da elite da sociedade civil, que eram a maioria dos leitores dessas publicações. Esses jornais circularam para endossar os atos dos militares que tomaram o poder, segundo essa leitura. Ele compara a posição da maioria dos jornais em outras situações em que os militares atuaram para derrubar presidentes no poder (1945, 1954, 1964) ou presidentes eleitos que deviam tomar posse (1955, 1961) e observa que quando a maioria dos jornais apoiava os militares eles conseguiram seus objetivos, ou seja, nos processos de 1945(fim do Estado Novo), 1954(suicídio de Vargas) e 1964(golpe de estado)⁴..

Mas a leitura dos editoriais de jornais é apenas um detalhe na obra de Stepan e é parte de sua tese de doutorado elaborada no início dos anos setenta e traduzida e publicada no Brasil com o título de O Militares na Política. A tese comprova a mudança de padrão nas relações dos militares com o poder político a partir de 1964. Até esta data, eles derrubavam governos e se retiravam para os civis voltarem ao poder e funcionavam como um poder moderador nas relações entre políticos da elite civil. A criação da Escola Superior de Guerra forma uma nova geração de oficiais, formados em uma ideologia que defende a importância de participação no poder político (STEPAN, 1975, 127-137). Os militares que assumem o poder em 1964 apresentam um projeto de permanecer no Governo apoiado na doutrina da segurança nacional e o alinhamento com diretrizes de internacionalização do capitalismo no país.

Para a elite militar que assume o governo com o golpe de 1964 o agendamento da mídia no jornalismo abriu caminho para a ascensão e permanência no poder, embora este tema não seja da obra de Stepan. O jornalismo de um órgão como O Estado de S. Paulo assumiu a oposição ao governo de João Goulart desde sua posse em 1961. O jornal tinha restrições pessoais a Goulart visto como o herdeiro de um inimigo histórico da família proprietária da empresa, Getúlio Vargas, e que mantinha vínculos com o movimento sindical e era

⁴ Consideramos que é preciso debater a avaliação de Stepan sobre o papel do jornalismo nesses processos históricos, pois as vitórias das pressões das Forças Armadas foram sempre contra governos instalados no poder e cujas políticas sofriam questionamentos de grupos e classes sociais no país e de forças políticas e econômicas do capitalismo internacional.

benevolente com a esquerda anti-capitalista. Além disso, havia o antecedente da derrota dos militares quando tentaram impedir a posse de João Goulart, após a renúncia do então Presidente da República, Jânio Quadros em 1961, Mas de 1961 a 1964 a agenda dos meios de comunicação esteve voltada para avaliar o poder civil, com a vigência do regime parlamentarista, o plebiscito de 1962 que restaurou o presidencialismo com o retorno ao cargo de presidente da República por João Goulart

Antes do golpe militar não era um tema de destaque na agenda da mídia jornalística, nem como informação, o projeto dos militares de assumir o poder executivo e permanecer na direção de instituições políticas do país. A elite política civil da oposição a Goulart não se opôs à derrubada dele pelos que alegavam a não confiabilidade do então governante. O que a maioria dos políticos, que formavam parte da elite civil, ignorava: nenhum deles seria um líder confiável, antes da realização do projeto político da internacional capitalista na sociedade brasileira. E só houve o retorno dos políticos civis ao comando do país, na conclusão do projeto de abertura política, comandado pelo general presidente Geisel, -- que extinguiu o AI-5, seguido da presidência do general Figueiredo, que por eleição indireta promoveu a eleição de um presidente da República civil. Tancredo Neves.

Alfred Stepan publicou sua tese feita sob o patrocínio da Rand Corporation em 1971, nos EUA, depois de 6 anos de pesquisa e 3 viagens ao Brasil (STEPAN. 1975, 7-8) . Na conclusão do trabalho, analisava as possibilidades do novo modelo de poder militar na política. Lembrava a complexidade de um país industrializado e urbanizado como o Brasil que tornava “o radicalismo militar” muito improvável de continuar no país. Mas considerava inviável a volta do antigo poder militar moderador. Stepan diagnosticava problemas no controle militar e na transformação do sistema e dizia que: “Como o governo militar é incapaz de solucionar os problemas políticos do desenvolvimento, é de esperar que os militares tentarão voltar a uma forma modificada de poder moderador” (STEPAN, 1975, 195-196).

6. Jornalismo e agendamentos

Na pesquisa, avaliamos o papel do jornalismo no processo histórico, para além das perspectivas empiristas de torná-lo mero cúmplice ou vítima dessa conjuntura, como o fazem analistas que enxergam no jornalismo uma prática feita ao sabor das vontades individuais ou de circunstâncias do acaso.

As histórias desse processo mostram os interesses econômicos, sociais e políticos, das elites orgânicas identificadas com a internacionalização do capitalismo no Brasil conforme nos mostrou Dreifuss e uma elite militar que queria o poder político na conjuntura da guerra fria que se revelou ao pesquisador Alfred Stepan. Vistas sob as óticas do lugar social e do agendamento conseguimos captar relações entre projetos políticos de grupos e classes sociais e projetos políticos de personagens, políticos e jornalistas no processo da história.

Observamos também que o agendamento é inevitável ao exercício do jornalismo nas sociedades capitalistas, onde todas as instituições públicas ou privadas disputam seu lugar social nas mídias. Por isso é necessário que as instituições sociais importantes para a preservação do estado democrático de direito sejam fortalecidas e legitimadas, que sejam dados a conhecer os verdadeiros projetos das organizações e não apenas o que a elas interessam agendar. Enfim, há tarefas para jornalistas, mas a cada um deles cabe avaliar a quem eles pretendem servir e como farão esse trabalho.

Acreditamos na importância do trabalho dos jornalistas para o desenvolvimento das instituições de um estado democrático de direito. Conforme demonstrou uma pesquisa (GENTILLI, 2005), a democracia implica em reconhecer, a todas as pessoas, direitos e obrigações inerentes à cidadania. Mas ao jornalismo cabe divulgar quais são esses direitos e como vivenciá-los na vida cotidiana.

Referências

ABRAMO, Cláudio. **A Regra do Jogo: o Jornalismo e a Ética do Marceneiro**, São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

BASBAUM, Leôncio. **História Sincera da República (1960-1967)**, São Paulo, Alfa-Ômega, 1975, volumes 4.

CARR, Edward Hallet. **Que é História?**; trad. Lúcia Alverga, rev. técnica de M. Y. Linhares, 3^a. ed. (1982), 7^a. reimpressão, Rio, Paz e Terra, 1996.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. 2ª. Ed..Trad. Maria de Lourdes Menezes. Revisão técnica de Arno Vogel. 2ª. ed., Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2006.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a Conquista do Estado: Ação Política, Poder e Golpe de Classe** Petrópolis: Vozes, 1981.

GENTILLI, Victor Israel. **Democracia de Massas: jornalismo e cidadania**. 1. ed. Porto Alegre: Edipucrs, 2005.

STEPAN, Alfred C. **Os Mislitares na Política**. Trad. Ítalo Tronca, Rio de Janeiro, Artenova, 1975.

RESENDE, Lino Geraldo. **Organizações, Comunicação e Espaço Midiático**, in arquivo del portal de recursos para estudantes. www.robtextto.com , ultima consulta em 20/03/2010;

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo Por que as noticias são como são?**. 2ª Ed., Florianópolis, Insular, 2005.